

SUMÁRIO

Ponto I – BREVE HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	11
Ponto II – AUTONOMIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	33
1. A relação jurídica processual	33
2. Autonomia do direito processual civil	36
3. Teoria unitária e dualista do direito processual	37
4. Caráter público do direito processual civil	41
5. Finalidade do direito processual civil	43
6. Relações do direito processual civil com outros ramos do direito	44
Ponto III – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	47
1. Princípio dispositivo	47
2. Princípio de demanda	49
3. Princípio da oralidade	52
4. Princípio da imediatidade	53
5. Princípio da identidade física do juiz	53
6. Princípio da concentração	54
7. Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias	54
8. Princípio do livre convencimento do juiz	55
9. Princípio da bilateralidade da audiência	55
10. Princípio de verossimilhança	57
Ponto IV – JURISDIÇÃO	61
1. Conceito	61
A. A doutrina de Chiovenda	63
B. A doutrina de Allorio	66
C. A doutrina de Carnelutti	68
2. Considerações conclusivas sobre o conceito de jurisdição	74
3. Jurisdição voluntária	75

Ponto V – ÓRGÃOS E COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO	83
Ponto VI – DA AÇÃO	90
1. A importância do conceito de ação	90
2. Das teorias sobre o conceito de ação	94
A. Teoria civilista	94
A.1 Polêmica entre Windscheid e Muther	96
A.2 A teoria civilista e a <i>actio</i> romana	100
A.3 Doutrina brasileira até 1933	101
B. Teoria do direito concreto de ação	102
B.1 Teoria da ação como direito potestativo	105
B.2 O relativismo de Calamandrei	107
C. Teoria do direito abstrato de agir	108
C.1 Repercussão da teoria abstrata na doutrina	110
D. Teoria eclética	112
D.1 Análise crítica da teoria eclética	118
3. Direito material e direito processual	119
4. Condições da ação: natureza do provimento do juiz	122
5. Da insubsistência e prejuízos decorrentes das condições da ação	126
6. Conclusão: direito subjetivo, pretensão e ação	132
Ponto VII – SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL – AS PARTES	137
1. Noções gerais – Conceito de parte – Parte em sentido substancial e parte em sentido processual	137
2. Capacidade processual das partes	143
3. Capacidade postulatória	144
Ponto VIII – O MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL	145
Ponto IX – LITISCONSÓRCIO	151
1. Espécies de litisconsórcio	156
A. Litisconsórcio necessário	156
B. Litisconsórcio facultativo unitário	161
C. Litisconsórcio facultativo	164

C.1	Litisconsórcio por comunhão de direitos ou obrigações	165
C.2	Litisconsórcio facultativo fundado em conexão de causas	165
C.3	Litisconsórcio fundado em <i>afinidade de questões</i>	166
C.4	Litisconsórcio por identidade de fundamento de fato ou de direito	167
2.	Relação processual em litisconsórcio	168
Ponto X	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	172
1.	Conceito	172
2.	Assistência adesiva simples	174
3.	Efeitos da intervenção adesiva simples	178
4.	Intervenção adesiva litisconsorcial ou autônoma	182
5.	Efeitos da intervenção adesiva litisconsorcial	188
6.	Oposição	190
7.	Nomeação à autoria	194
8.	Denúnciação da lide	197
9.	Chamamento ao processo	207
Ponto XI	ATOS PROCESSUAIS	210
1.	Classificação dos atos processuais	213
A.	Atos processuais das partes	213
B.	Atos processuais do juiz	215
Ponto XII	FORMAS PROCESSUAIS E TEORIA DAS NULDADES	219
1.	Das formas processuais	219
2.	Tipos de vícios do ato processual	224
3.	Inexistência jurídica do ato processual	224
4.	Nulidade absoluta	229
5.	Nulidade relativa	232
6.	Dos vícios sanáveis e insanáveis	234
7.	Regras e princípios que informam a teoria das nulidades	236
A.	Princípio da relevância das formas	236

B. Princípio da causalidade	236
C. Princípio do prejuízo	237
D. Princípio da convalidação do ato nulo e pronunciamento da nulidade	238
8. Ato nulo e processo nulo	240
Ponto XIII – A DEMANDA	241
1. Noções gerais	241
2. O pedido e suas espécies	246
3. Classificação de ações	251
Ponto XIV – RESPOSTA DO RÉU	276
1. A resposta do réu	276
2. Contestação	278
A. Defesa processual	278
B. Exceções processuais	279
C. Exceções substanciais	279
3. Reconvenção	282
4. Ação declaratória incidental	286
Ponto XV – REVELIA E RECONHECIMENTO DO PEDIDO	291
1. Revelia	291
2. Efeitos da revelia	292
3. Reconhecimento do pedido	294
Ponto XVI – NOÇÕES ELEMENTARES DE DIREITO PROBATÓRIO	295
1. Conceito	295
2. Classificação das provas	296
3. Objeto da prova	298
4. Princípios fundamentais de direito probatório	300
A. Ônus da prova	301
B. Princípio da necessidade da prova	302
C. Princípio da contradição da prova	303
5. Sistemas de avaliação da prova	303
A. Sistema da prova legal	304

B. Sistema do livre convencimento	305
C. Sistema da persuasão racional	306
Ponto XVII – TEORIA GERAL DOS RECURSOS CÍVEIS	308
1. Conceito e espécies de recursos	308
2. Efeitos dos recursos	311
3. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	315
Ponto XVIII – COISA JULGADA E EFEITOS DA SENTENÇA	322
Ponto XIX – TEORIA DA EXECUÇÃO FORÇADA	333
1. Conceito de execução jurisdicional	333
2. Ato executivo e processo de execução	334
3. Título executivo	338
Ponto XX – TEORIA DA AÇÃO CAUTELAR	339
1. Noção preliminar	339
2. Pressupostos da tutela cautelar	341
A. Iminência de dano irreparável	341
B. Temporariedade	344
C. Sumariedade da cognição judicial (<i>fumus boni iuris</i>)	348
D. “Situação cautelanda”	349
E. Interditalidade da sentença cautelar	350